



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES PARA SUPRIR A DEMANDA DO HOSPITAL SÃO VICENTE FERRER NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL RS.

1.1. Relação dos produtos, quantitativos, unidades e valores máximos/referência:

Obs.: Em caso de divergência entre as especificações dos produtos inseridas no SIASGnet e as deste termo, prevalecerão as constantes neste termo e no modelo de propostas de preços Anexo II do edital:

Item/ Catmat	Descrição objeto	QT	UN	Valor unit.	Valor total
1 410764	CARRO-MACA HIDRÁULICO ABS DE EMERGÊNCIA , construído em tubos de aço carbono, com tratamento antiferrugem e acabamento em pintura eletrostática a pó epóxi. Possui suporte de redistribuição de pressão, grades laterais, sistema que garante estabilidade e conforto para um transporte suave, com movimentos de 360° para maior facilidade em manobras precisas. Conta com pedal de freio e direção, alta capacidade de peso (suporta até 317,5 kg), comprimento total de 210,8 cm e largura total, com trilhos elevados, de 81,3 cm. Apresenta design higiênico, com plataforma lisa que facilita a higienização, ideal para processos de limpeza hospitalar. Possui cabeceira regulável, sistema hidráulico a pedal para elevar e baixar o leito e cabeceira regulável por pistão a gás. Equipado com rodízios giratórios de 6", com sistema de travamento diagonal. Acompanha: suporte para cilindro O ₂ ; colchonete densidade D28, de material lavável estilo corino, à prova d'água e de fácil higienização; suporte de soro em ambas as extremidades; para-choques nos quatro cantos, 220v. Contar com registro na Anvisa. Antes do envio e aprovação no certame, deverá ser encaminhado um folder com as especificações e fotos do equipamento para apreciação e aprovação dos fiscais e comissões hospitalares.	2	UN	12.000,00	24.000,00
2 415962	BOMBA DE INFUSÃO PERISTÁLTICA LINEAR , com sistema de propulsão peristáltico linear para administração de medicamentos e dietas enteral e parenteral. Possui funções especiais como titulação, balanço hídrico, memória dos parâmetros da última infusão, escolha de equipo macro/microgotas, possibilidade de zerar o volume sem interromper a infusão, purga e ajuste de volume de alarme. A bomba concentra tecnologia e características únicas em uma estrutura leve e compacta, permitindo empilhar várias unidades em um único suporte. Conta com display gráfico de fácil leitura, definição de parâmetros de infusão, histórico e registro completo da infusão, além de uma braçadeira autobloqueante de fluxo, patenteada, que atua quando o conjunto IV é removido. Todo o conjunto é projetado e construído de forma funcional e inteligente, 220v. Possuir registro na Anvisa. Antes do envio e aprovação no certame, deverá ser encaminhado um folder com as especificações e fotos do equipamento, para apreciação e aprovação dos fiscais e comissões hospitalares.	6	UN	3.142,50	18.855,00
3 615327	DEFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA) , com alertas sonoros e luminosos, que orienta o usuário passo a passo no processo de ressuscitação. Os dados do paciente são armazenados e podem ser exportados para análise posterior. O	3	UN	5.933,50	17.800,50



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	equipamento realiza a atenuação da carga diretamente no console, não sendo necessária a aquisição de eletrodo infantil, permitindo a utilização do mesmo eletrodo em todas as idades. Botões e funcionalidades: Botão Liga/Desliga, Botão de Entrega de Choque, Botão Pediátrico: reduz a energia para operação do DEA em modo pediátrico, mesmo com as pás adultas, Alto-falante: emite mensagens de instrução, tons de alerta e metrônomo para RCP (100 batidas/min), Alimentação elétrica: 220 V. Possuir registro na Anvisa. Antes do envio e aprovação no certame, deverá ser encaminhado um folder com as especificações e fotos do equipamento, para apreciação e aprovação dos fiscais e comissões hospitalares.				
4 410760	CARRO DE EMERGÊNCIA E PARADA , para uso hospitalar, confeccionado em aço carbono metálico, com tratamento antiferrugem e pintura eletrostática texturizada em epóxi. Possui tampo (mesa) superior em polímero liso, dividido em dois módulos rebaixados. Equipado com 04 rodízios giratórios com movimentos de 360°, sendo dois frontais com freios. Contém gaveteiro composto por 04 gavetas, sendo: 01 gaveta com bandeja de 18 divisões para armazenamento de medicamentos; 02 gavetas convencionais para instrumentos; 01 gaveta grande (gavetão) para instrumentos maiores e uso geral. Acompanha bandeja (suporte) com giro livre de 360°, para acomodação de desfibrilador/monitor ou cardioversor. Possui cabo de força tripolar de 2 metros e 04 tomadas (2P+T) para alimentação de equipamentos diversos. Inclui suporte (haste) para soro com altura ajustável, tábua para manobra cardíaca em acrílico e suporte para cilindro de oxigênio. Deve conter duplo sistema de travamento das gavetas: um frontal, para lacre ou cadeado, e outro lateral, com fechadura e chave de segurança. Dimensões: Altura 1005 mm x Largura 740 mm x Profundidade 400 mm. Deve Possuir registro na Anvisa. Antes do envio e aprovação no certame, deverá ser encaminhado um folder com as especificações e fotos do equipamento para apreciação e aprovação dos fiscais e comissões hospitalares.	2	UN	2.708,00	5.416,00
5 443178	BERÇO AQUECIDO PARA SALA DE PARTO com controle de temperatura e radiação infravermelha. O aquecimento é produzido por sistema irradiante de calor emitido por elemento aquecedor revestido em quartzo, montado em módulo refletor com aletas direcionadoras, localizado na parte superior do berço, proporcionando aquecimento homogêneo em toda a área do colchão, sem dificultar o acesso ao paciente. Possui calha protetora metálica com grade de segurança em aço. Permite giro bilateral do elemento aquecedor no plano horizontal (180°), com acionamento de alarme de advertência e desligamento automático do aquecimento, facilitando o posicionamento de equipamento de raios X sem necessidade de locomover o paciente. Conta com sistema de proteção térmica por dispositivo eletrônico de detecção de sobrecarga no elemento aquecedor, com desligamento automático, além de termostato para desligamento da fonte de alimentação em caso de sobrecarga, atendendo integralmente aos requisitos da norma técnica NBR 60601-1. Possui sistema de acionamento elétrico independente da chave liga/desliga do monitor, garantindo segurança ao conjunto, com indicador luminoso no painel de controle. Utiliza sistema eletrônico totalmente microprocessado, removível e de fácil acesso para manutenção e calibração, montado em chassi metálico destacável. O painel frontal possui acabamento liso em policarbonato, evitando	1	UN	21.900,00	21.900,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	<p>penetração de líquidos, com teclas tipo toque-suave e rotina de auto-teste ao ligar. Conta com display alfanumérico/gráfico de cristal líquido de alta resolução com iluminação de fundo, que exibe temperatura do paciente, temperatura e potência ajustadas, temperatura auxiliar, temperatura ambiente, relógio Apgar e alarmes. Possui memória para retenção dos valores programados. Dispõe de indicação luminosa de standby na coluna do berço, visível por ambas as laterais; indicação gráfica do nível proporcional de potência (0, 1/4, 2/4, 3/4 e 1); indicação luminosa simultânea das temperaturas, potência e Apgar; indicação de todos os alarmes mesmo com o som inibido; indicação luminosa dos modos automático ou manual; e indicação da intensidade da potência de aquecimento de 0 a 100%, com incrementos de 10%. Apresenta faixa de indicação da temperatura do RN entre 10 °C e 50 °C, com resolução de 0,1 °C e precisão de ±0,2 °C. Possui teclas liga, desliga, bloqueio de teclado, aumento e redução de ajuste, com bip de confirmação, além de tecla para inibição do som dos alarmes. Modos de Operação: • Automático (Servo-controle): monitoração da temperatura do paciente por sensor de pele, com controle automatizado da intensidade de calor. • Manual: operação sem sensor de pele, com intensidade definida pelo operador. • Pré-aquecimento: eleva a temperatura do leito antes da recepção do recém-nascido, melhorando o conforto térmico e limitando a potência. Leito tipo cuna: construído em acrílico transparente removível, com cantos arredondados que evitam acúmulo de sujeira. Possui sistema mecânico de inclinação com trava, para posições horizontal, Trendelenburg e Próclive, com inclinação de até 12°. Colchão confeccionado em material atóxico e autoextinguível, composto por espuma de densidade adequada ao conforto do RN e capa removível sem costura, aberta em um dos lados para facilitar a higienização. Dimensões do colchão: Largura 330 mm; Comprimento 620 mm; Altura 145 mm. O equipamento possui Registro na Anvisa. Antes do envio e aprovação no certame, deverá ser encaminhado folder com as especificações e fotos do equipamento para apreciação e aprovação dos fiscais e comissões hospitalares.</p>				
6 631464	<p>CAMA HOSPITALAR MOTORIZADA RECLINÁVEL, com elevação tubular motorizada, cabeceira, peseira e grades injetadas. Cama hospitalar elétrica destinada à acomodação de pacientes em recuperação e à realização de procedimentos médicos, possibilitando ajustes em múltiplas posições através de sistema motorizado. Deve possuir cabeceira e peseira com movimentação elétrica, removíveis, fabricadas em polietileno injetado ABS termoplástico de alta resistência. A estrutura do leito é construída em longarinas de aço perfilado em "U", com estrado articulado em chapa de aço. Deve ter proteção lateral composta por quatro grades em polietileno injetado ABS termoplástico de alta resistência, dispostas na cabeceira e peseira, com sistemas articuláveis e retráteis que permitem recolhimento para facilitar a transferência do paciente, sendo dotadas de sistema de segurança com trava e destrava. Movimentos: Fowler, semi-Fowler, posição sentada, flexão de pernas, vascular, cardíaca e elevação de leito. Os movimentos são acionados por 3 (três) funções motorizadas, através de atuador elétrico duplo, blindado, de tecnologia alemã, operando em 110/220 V (bivolt). A estrutura recebe tratamento antiferruginoso por fosfatização e acabamento em pintura eletrostática a pó com resina epóxi-poliéster, polimerizada em</p>	15	UN	6.200,00	93.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	estufa, garantindo alta resistência química e mecânica. Acompanha rodízios de 3", com freio de dupla ação em diagonal. Capacidade máxima: 160 kg, Dimensões: Comprimento: 190 cm Largura: 90, cm Altura mínima: 45 cm, Altura máxima: 75 cm, Elevação tubular: motorizada. Deve possuir Registro na Anvisa. Antes do envio e aprovação no certame, deverá ser encaminhado folder com especificações e fotos do equipamento, para validação pelos fiscais e comissões hospitalares.				
7 456628	MONITOR DE SINAIS VITAIS (PRÉ-CONFIGURADO) para realização de ECG (Eletrocardiograma), SpO ₂ (Saturação de Oxigênio), PNI (Pressão Não Invasiva), Respiração e Temperatura. Deve oferecer medições completas e precisas de ECG, pressão arterial, oximetria, frequência respiratória e temperatura. Equipamento com design compacto e portátil, leve e de fácil mobilidade. Possui tela de alta resolução para visualização clara e intuitiva dos parâmetros, mesmo em situações de emergência. Interface amigável, que reduz o tempo de treinamento da equipe. Ser pré-configurado para monitoramento de pacientes adultos, pediátricos e neonatais. Permite atualização simplificada com integração imediata de módulos adicionais ao conectar fisicamente ao sistema, sem necessidade de reconfiguração manual. Indicado para uso em hospitais, prontos atendimentos e unidades móveis. Possui bateria interna recarregável, garantindo autonomia em diferentes ambientes. Acessórios obrigatórios: cabo ECG, sensor SpO ₂ , manguito para PNI, sensor de temperatura e demais itens necessários ao pleno funcionamento do equipamento. Display: 12" TFT LCD colorido de alta resolução, permitindo visualização simultânea e em tempo real dos cinco parâmetros essenciais: ECG, SpO ₂ , PNI, Respiração e Temperatura. Dimensões: Largura: 29 cm, Comprimento: 19 cm, Altura: 32 cm, Peso bruto: 5.000 g. Deve possuir Registro na Anvisa. Antes do envio e aprovação no certame, deverá ser encaminhado folder com especificações e fotos do equipamento, para apreciação pelos fiscais e comissões hospitalares.	4	UN	8.583,00	34.332,00
8 255585	ELEVADOR DE TRANSFERÊNCIA PARA ELEVAÇÃO DE PACIENTES , indicado para clínicas e hospitais, destinado à elevação e transferência segura de pacientes, com capacidade de até 180 kg. Equipamento de alta resistência e desempenho, com abertura mecânica da base e capaz de posicionar o selete até a altura do chão, facilitando o acesso e a mobilização do paciente. Equipamento de simples operação, com manopla de empurrar ergonômica que permite o manuseio sem esforço excessivo do cuidador, enfermeiros, técnicos em enfermagem e médicos. Alimentado por duas baterias seladas de 12 V, recarregáveis por carregador automático bivolt (110/220 V), garantindo praticidade e autonomia. Deve acompanhar selete (cesto de transferência) confeccionado em material resistente, lavável e acolchoado, oferecendo conforto e segurança ao paciente. Possui 4 rodízios dirigíveis, sendo os traseiros com freio, assegurando estabilidade durante a operação. Peso do equipamento: 50 kg, Capacidade máxima: 180 kg, Material da estrutura: Aço carbono, Estrutura desmontável, Pintura: Epóxi, anti ferrugem, Dimensões da caixa (cm): L 60 × C 150 × A 30, Abertura de pernas: Mecânica, com acionamento por pedal, Rodízios dianteiros: 4" maciços giratórios, Rodízios traseiros: 4" maciços giratórios, com freio, Baterias: 2 × 12 V, 7 Ah,	1	UN	8.235,00	8.235,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	seladas, Carregador: Automático 110/220 V, Atuador: Elétrico, com acionamento manual de emergência, colete: acolchoado, lavável, com 6 pontos de fixação, Acionamento: Botoeira com chave de segurança. Registro na Anvisa. Antes do envio e aprovação no certame, deverá ser encaminhado folder com especificações e fotos do equipamento, para apreciação pelos fiscais e comissões hospitalares.				
9 482054	FOCO CIRÚRGICO AUXILIAR DE LED deve possuir pedestal transportável com rodízios, incluindo sistema de freios posicionados na diagonal. A concepção estrutural necessita ser leve, compacta e de fácil deslocamento. A base deve ser fabricada em aço carbono com tratamento antiferruginoso e pintura eletrostática epóxi, garantindo maior durabilidade. O equipamento deve conter mastro inferior e superior com haste interna em inox, permitindo ajuste regulável de altura. A cúpula deve ser confeccionada em polímero de alto impacto (poliestireno) e deve possuir quatro placas de LEDs, totalizando 12 power LEDs. O índice de reprodução de cor necessita alcançar 100. A manopla deve ser produzida em alumínio, possibilitando direcionamento preciso do campo luminoso. O foco deve fornecer luz fria por meio de filtros de permeabilidade espectral branca, atendendo às necessidades clínicas diversas. A luminosidade deve alcançar 60.000 lux. A alimentação elétrica deve ser em série isolada, conforme os requisitos da norma IEC 60.601-1, assegurando desempenho seguro e estável. O equipamento deve possuir luz fria, branca, uniforme e com alta precisão, garantindo excelente concentração do campo iluminado. A instalação necessita ser simples e com mecanismo de montagem rápida, sem necessidade de técnico especializado. Os LEDs devem possuir vida útil aproximada de 60.000 horas. O sistema necessita ter auto balanceamento sem uso de contrapeso, e os movimentos dos braços devem ocorrer de forma suave e com mínimo esforço. A fonte de alimentação deve ser independente, com controle de corrente chaveada, atendendo aos requisitos normativos e oferecendo segurança à equipe médica. Informações Técnicas: Quantidade de LEDs: 12, Potência nominal: 77 VA, Tipo de corrente: AC, Temperatura de cor: 3000 a 6500 K, Tensão de entrada: 127/220 VAC, Frequência: 50/60 Hz, Potência do bulbo (lente): 7,2 W, Número de fases: bifásico, IRC: superior a 98%, Diâmetro do campo focal: 50 a 200 mm, Energia radiante média: inferior a 3 mW/m ² .lx, Diâmetro da cúpula: 216 mm, Consumo máximo por LED: 2,66 W, Fonte chaveada full range entre 90 e 240 VAC (bivolt). Registro na Anvisa. Antes do envio e aprovação no certame, deverá ser encaminhado folder com especificações e fotos do equipamento, para apreciação pelos fiscais e comissões hospitalares.	4	UN	768,00	3.072,00
10 433858	DETECTOR FETAL DE MESA destinado à captação de movimentos internos do corpo humano por meio do sistema Doppler, permitindo a detecção do batimento cardíaco fetal e o diagnóstico de gestação múltipla, possibilitar a avaliação do ritmo cardíaco fetal durante a gravidez e no período pré-parto. Com som claro da placenta, auxiliando sua localização e contribuindo para o diagnóstico de placenta prévia, sendo possível também identificar o fluxo do cordão umbilical. Oferecendo excelente sensibilidade com menor nível de ruídos, proporcionando resultados eficazes na prática obstétrica. O gabinete e o transdutor são construídos em material ABS de	3	UN	785,00	2.355,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	alto impacto, garantindo resistência, durabilidade e proteção contra oxidação e deterioração. O sistema deve conter suporte lateral para acomodação do transdutor, desligamento automático após um minuto sem uso, controle de volume, tonalidade e memória, que permita a detecção fetal de forma não invasiva. Com transdutor fetal com frequência de 2 MHz \pm 10%, diâmetro ultrassônico de 50 mm, profundidade ultrassônica de 200 mm, peso líquido de 1,4 kg, faixa de medição de cinquenta a duzentos e quarenta batimentos por minuto, display digital para visualização dos parâmetros, dimensões aproximadas de 135 por 117 por 33 milímetros, potência de 32 VA ou 15 W, potência ultrassônica inferior a 5 mW/cm ² , autonomia máxima de consumo de até cinco horas, saída para fone de ouvido, com fone anexo, cabo de energia, alimentação bivolt (110/220 V). Registro na Anvisa. Antes do envio e aprovação no certame, deverá ser encaminhado folder com especificações e fotos do equipamento, para apreciação pelos fiscais e comissões hospitalares.				
11 264609	FRIGOBAR 45L BRANCO deve conter design compacto e eficiente, adequado para uso em posto de enfermagem e farmácia, oferecendo capacidade interna de 45 litros para armazenamento de medicações. O equipamento deve possuir alta eficiência energética com classificação A, garantindo economia e funcionamento sustentável sem prejuízo ao desempenho. É necessário que apresente compartimento de resfriamento rápido para agilizar o resfriamento, prateleiras em vidro resistentes e de fácil limpeza que possibilitam organização prática e visualmente uniforme e sistema de refrigeração capaz de manter temperatura constante para assegurar a conservação adequada das medicações. O frigobar deve possuir espaço interno funcional, com estrutura projetada para aproveitamento total do volume disponível, e deve contar com compressor com garantia de fábrica de um ano, assegurando durabilidade. É necessário que apresente dimensões aproximadas de 47,2 cm de largura, 49,2 cm de altura e 45 cm de profundidade, permitindo sua instalação em espaços reduzidos sem comprometer a circulação ou o ambiente. Registro na Anvisa. Antes do envio e aprovação no certame, deverá ser encaminhado folder com especificações e fotos do equipamento, para apreciação pelos fiscais e comissões hospitalares.	3	UN	719,50	2.158,50
12 428195	CARRINHO MESA AUXILIAR EM AÇO INOX deve conter estrutura robusta e resistente, construída integralmente em inox, garantindo alta durabilidade, facilidade de higienização e resistência à corrosão, sendo adequado para uso em ambientes que exigem elevado padrão de limpeza, como clínicas, consultórios e áreas hospitalares. O equipamento deve possuir duas prateleiras com dimensões aproximadas de 90 cm de comprimento, 50 cm de largura e 80 cm de altura, oferecendo área suficiente para acomodação de materiais para sutura, instrumentos e pequenos equipamentos, contribuindo para maior organização e eficiência nas rotinas de trabalho. É necessário que o carrinho possua rodízios que proporcionem mobilidade ao usuário, facilitando o deslocamento do equipamento entre diferentes ambientes; os rodízios devem ser instaláveis ou removíveis conforme necessidade operacional. O carrinho deve possuir capacidade para suportar carga aproximada de 40 kg distribuída entre as prateleiras e deve apresentar estrutura fixa, sem ajuste de altura e sem gavetas,	5	UN	670,00	3.350,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	garantindo simplicidade, estabilidade e facilidade na limpeza. É necessário que acompanhe todos os itens essenciais para utilização, incluindo prateleiras, estrutura montável e parafusos de fixação, devendo ser fornecido pronto para montagem simples conforme orientações do fabricante. O equipamento deve conter acabamento em inox de alto padrão, com superfícies lisas para evitar acúmulo de resíduos e facilitar a desinfecção rotineira, anti ferrugem. Registro na Anvisa. Antes do envio e aprovação no certame, deverá ser encaminhado folder com especificações e fotos do equipamento, para apreciação pelos fiscais e comissões hospitalares.				
13 442492	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ELETRÔNICA deve conter capacidade máxima de 300 kg, com carga mínima de 1 kg e divisão de 50 g, garantindo precisão adequada para uso clínico e hospitalar. É necessário que a plataforma possua dimensões de 40 x 50 cm e que a coluna tenha altura de 1,20 m, oferecendo estabilidade e conforto durante o uso. A balança deve possuir régua antropométrica confeccionada em alumínio anodizado, com escala de até 2,00 m e divisões de 0,5 cm, permitindo a medição precisa da estatura do paciente. O display deve ser do tipo LED, com 6 dígitos e altura de números de 14,2 mm por 8,1 mm de largura, proporcionando leitura clara mesmo em ambientes com baixa luminosidade. A estrutura deve conter aço carbono com pintura epóxi na cor branca, anti ferrugem, garantindo resistência, durabilidade e facilidade de higienização. O equipamento deve possuir fonte de alimentação externa bivolt automática, operando entre 90 e 240 Vac com chaveamento automático, além de função tara até o limite total da capacidade da balança. É necessário que seja certificada pelo Inmetro e aferida pelo Ipem, assegurando conformidade com normas de metrologia legal, e que ofereça garantia mínima de 1 ano. As dimensões totais do equipamento devem conter aproximadamente 123 cm de altura, 63 cm de largura, 44 cm de comprimento, peso líquido de 22 kg, peso bruto de 23,25 kg e volume de 0,3409 m ³ . O equipamento deve possuir registro na Anvisa e, antes do envio e aprovação no certame, é necessário encaminhar folder contendo especificações detalhadas e fotos do produto para apreciação dos fiscais e comissões hospitalares.	4	UN	930,00	3.720,00
14 615390	ELETROCARDIOGRAFO deve conter sistema de aquisição em 12 canais simultâneos, permitindo verificar e registrar o eletrocardiograma do paciente com precisão diagnóstica. É necessário que o equipamento forneça registro completo do ECG, parâmetros de medida e função de autoanálise, possibilitando avaliação clínica segura. Deve possuir impressão em formato A4 para fácil visualização, com informações do paciente e identificação do operador diretamente no relatório, garantindo rastreabilidade e organização dos exames. O equipamento deve possuir função de cópia, permitindo múltiplas impressões do mesmo exame, e função grade que possibilita o uso de bobina de fax, reduzindo custos operacionais. A operação deve ser prática, com comandos simplificados através de teclas de função para modos de impressão e monitor. É necessário que ofereça interpretação automática baseada no código Minnesota, proporcionando apoio ao diagnóstico. O equipamento deve possuir interface para modem, permitindo transmissão e recepção do ECG por fax quando aplicável. Deve operar por meio de bateria interna recarregável para uso contínuo, além de alimentação elétrica	3	UN	5.590,00	16.770,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	automática em 110 V e 220 V, garantindo portabilidade e uso em ambulâncias, transporte de pacientes e atendimentos externos. A impressora térmica integrada deve possuir alta resolução, permitindo impressão em 1, 3, 6 e 12 canais no formato A4, com boa qualidade gráfica e rapidez. O software deve possibilitar visualização, arquivamento, envio e impressão dos exames em papel comum. Deve possuir registro na Anvisa e, antes do envio e aprovação no certame, é necessário encaminhar folder com especificações detalhadas e fotos do produto para avaliação dos fiscais e comissões hospitalares.				
15 427815	TÁBUA DE MANOBRA CARDÍACA deve conter estrutura confeccionada em polietileno resistente, garantindo durabilidade, segurança e estabilidade durante o uso em procedimentos de reanimação cardiopulmonar. É necessário que apresente dimensões aproximadas de 50 cm de comprimento, 40 cm de largura e 0,5 cm de espessura, permitindo adequado posicionamento do paciente e facilitando a execução das manobras de compressão torácica. Deve possuir superfície rígida e uniforme, essencial para assegurar compressões eficazes durante atendimentos emergenciais. O produto deve possuir registro na Anvisa e, antes do envio e aprovação no certame, deve ser encaminhado folder contendo especificações detalhadas e fotos do equipamento para avaliação dos fiscais e comissões hospitalares.	3	UN	258,50	775,50
16 459186	ASPIRADOR CLÍNICO DE SECREÇÕES indicado para aspiração de líquidos e secreções em procedimentos hospitalares. O equipamento deve possuir bomba de vácuo com acionamento elétrico acoplada a dispositivos mecânicos que geram pressão negativa, permitindo a formação de vácuo no interior do recipiente conectado ao tubo de sucção e à entrada da bomba. Quando acionado, o aparelho retira o ar do frasco coletor, possibilitando a entrada do líquido ou secreção pelo tubo de aspiração, que é armazenado adequadamente. Deve permitir regulagem da pressão de sucção, oferecendo fácil manuseio e higienização. Deve contar com proteção Microban, aplicada em todos os acessórios, que reduz e impede a proliferação de bactérias responsáveis por odores e manchas, garantindo maior segurança e higiene durante toda a vida útil do produto. Possuir frasco coletor com capacidade de 1,3 litros, válvula antitransbordamento e protetor térmico automático contra superaquecimento. O motor deve apresentar potência de 1/33 HP e vazão de 20 litros por minuto em fluxo livre. O aparelho deve ser bivolt, com chave seletora para escolha de voltagem, e pesar aproximadamente 2,5 kg. Oferecer garantia de um ano, e seus acessórios. O produto deve possuir registro na Anvisa e, antes do envio e aprovação no certame, deve ser encaminhado folder contendo especificações detalhadas e fotos do equipamento para avaliação dos fiscais e comissões hospitalares.	2	UN	529,00	1.058,00
17 635793	KIT CIPA COM PRANCHA EM POLIETILENO deve conter um conjunto completo de equipamentos destinados ao atendimento e resgate em situações de emergência. É necessário que o kit apresente capa para armazenamento adequado, prancha longa confeccionada em polietileno, imobilizador de cabeça adulto, conjunto de três cintos de engate rápido nas cores amarelo, vermelho e preto, além de jogo de talas aramadas em borracha tipo EVA em quatro tamanhos. Deve possuir também bandagem triangular de tamanho médio, colares cervicais nos tamanhos P, M e G, manta	2	UN	1.012,50	2.025,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	térmica aluminizada, tesoura de ponta romba, dois óculos de proteção, ataduras de crepe nos tamanhos 10 x 1,20 cm e 15 x 1,20 cm e duas máscaras RCP descartáveis. O conjunto deve apresentar dimensões aproximadas de 6 cm de altura, 45 cm de largura e 180 cm de comprimento. O produto deve possuir registro na Anvisa e, antes do envio e aprovação no certame, é necessário encaminhar folder com especificações detalhadas e fotos do equipamento para avaliação dos fiscais e comissões hospitalares.				
18 623240	COLCHÃO PNEUMÁTICO deve conter características que garantam conforto, segurança e prevenção de lesões por pressão em pacientes acamados. É necessário que suporte peso máximo de 135 kg e apresente tempo inicial de inflagem de aproximadamente 25 minutos, sendo testado e aprovado por Inmetro e Anvisa. O colchão inflado deve medir cerca de 7 cm de altura, 90 cm de largura e 200 cm de comprimento, com peso líquido aproximado de 2,8 kg. Deve possuir ciclo de funcionamento de 10 minutos, com alternância entre inflar e desinflar em intervalos de 5 a 6 minutos cada. O material deve ser PVC resistente, leve, impermeável e de fácil higienização. O colchão deve conter 130 células uniformes e permitir operação contínua, considerando potência de 7Wh. A garantia deve ser de um ano para o motor e seis meses para os demais componentes. A unidade deve possuir tensão selecionável entre 110V e 220V, peso aproximado de 0,9 kg e grau de proteção IP21. Deve conter volume de ar entre 6 e 7 litros por minuto, classe de isolamento II e funcionamento em modo contínuo, com indicação luminosa quando estiver ligada. Suas dimensões devem ser de aproximadamente 22 cm por 11 cm por 8,5 cm, sendo confeccionada em plástico ABS e componentes eletrônicos, com cabo de alimentação de 1,5 metro. A unidade deve fornecer pressão máxima de saída de 2,0 psi, equivalente a 103,42 mmHg, com potência de 10 VA e frequência de 60 Hz, assegurando baixíssimo consumo de energia. A mangueira de ar deve possuir 1,5 metro e ser confeccionada em PVC resistente. O conjunto deve incluir colchão inflável Air Plus, mangueira de conexão dupla, unidade de controle com compressor, kit para pequenos reparos e manual de instruções. É necessário que o produto possua registro na Anvisa e que, antes do envio e aprovação no certame, seja encaminhado folder contendo especificações detalhadas e fotos do equipamento para análise dos fiscais e comissões hospitalares.	15	UN	240,70	3.610,50
19 428365	CADEIRA DE RODAS deve conter estrutura confeccionada em aço carbono, garantindo alta durabilidade, resistência e segurança no uso diário. É necessário que possua assento e encosto em nylon, oferecendo conforto ao usuário, além de ser dobrável, o que facilita o transporte e o armazenamento. Deve possuir freios bilaterais e aro impulsor bilateral, permitindo maior agilidade, controle e segurança. Os apoios de braço e de pés devem ser fixos, proporcionando estabilidade durante o uso. As rodas dianteiras devem ser equipadas com pneus maciços aro 06 e as rodas traseiras aro 24 em roda de nylon, material mais resistente que o alumínio e que não enferruja, assegurando maior durabilidade e segurança. A capacidade máxima de peso deve ser de 85 kg, permitindo utilização confiável. A cadeira deve possuir largura de assento de 50 cm, profundidade de assento de 41 cm, altura do encosto de 36 cm e altura do assento ao chão de 52 cm. O comprimento total deve ser de aproximadamente 100 cm, com largura total aberta de	4	UN	699,99	2.799,96



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	65 cm e largura total fechada de 30 cm. A altura do chão à manopla deve ser de 94 cm, a altura do chão ao apoio de braço de 70 cm e a distância do assento ao apoio de braço de 20 cm. O peso total da cadeira deve ser de aproximadamente 14 kg. O produto deve possuir registro na Anvisa e, antes do envio e aprovação no certame, é necessário encaminhar folder contendo todas as especificações detalhadas e fotos do equipamento para avaliação pelos fiscais e comissões hospitalares.				
20 404339	CADEIRA HIGIÊNICA DE BANHO deve conter sistema 4 em 1, permitindo sua utilização para banho, apoio sobre o vaso sanitário, higiene e transporte interno, sendo ideal para usuários com dificuldade de locomoção que necessitam realizar sua higienização sentados. É necessário que possua sistema anti-tombo rebatível, oferecendo maior segurança durante o uso, especialmente no transporte. As rodas devem ser giratórias e equipadas com travas, garantindo estabilidade, e o apoio de mãos do condutor deve ser acolchoado, proporcionando mais conforto no manuseio. O produto deve possuir registro na Anvisa e, antes do envio e aprovação no certame, deve ser encaminhado folder com especificações detalhadas e fotos para análise dos fiscais e comissões hospitalares. O equipamento deve possuir as seguintes características, na cor preta, confeccionado em alumínio, polipropileno e PVC. Deve suportar até 150 kg, ser desmontável e dobrável, facilitando o armazenamento e o transporte. As dimensões devem incluir altura total de 96,5 cm, largura de 61 cm, comprimento de 83 cm, altura do assento de 50 cm e tamanho do assento de 42,5 x 44 cm. O peso total do equipamento deve ser de aproximadamente 7,4 kg.	5	UN	558,49	2.792,45
21 614748	COLCHÃO HOSPITALAR D33 deve possuir revestimento em napa azul impermeável e material interno composto por espuma de alta densidade D33, garantindo suporte adequado, conforto ergonômico e resistência para uso contínuo em ambiente hospitalar. É necessário que o produto seja fabricado com napa impermeável de alta qualidade, permitindo fácil higienização, evitando infiltrações e contribuindo para o controle de contaminação. A espuma deve ser selada e aprovada pelo Inmetro, assegurando conformidade com padrões de qualidade e segurança. O colchão deve oferecer durabilidade, estabilidade e conforto ao usuário, sendo adequado para leitos comuns e articulados. Deve conter um colchão hospitalar individual, modelo hospitalar, compatível com categorias de camas articuladas. Antes do envio e aprovação no certame, é necessário encaminhar folder contendo especificações detalhadas e fotos para avaliação pelos fiscais e comissões hospitalares.	10	UN	425,00	4.250,00
22 349928	TRAVESSEIRO HOSPITALAR deve possuir revestimento em napa (courvin) impermeável e resistente à água, com tratamento antimicrobiano que facilita a higienização e impede a absorção de líquidos, garantindo maior durabilidade e segurança no uso hospitalar ou residencial. É necessário que contenha enchimento em fibra siliconada 100%, oferecendo maciez, conforto e sustentação mesmo em uso prolongado, além de proporcionar menor ruído durante os movimentos. Deve possuir zíper oculto, permitindo a remoção do refil interno em TNT para limpeza prática e segura. O produto deve apresentar dimensões de 70 x 50 cm e ser indicado para diversas necessidades, atendendo recomendações de	20	UN	46,92	938,40




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	profissionais da saúde. Antes do envio e aprovação no certame, deve ser encaminhado folder contendo especificações detalhadas e fotos para análise dos fiscais e comissões hospitalares.				
23 615217	BIOMBO SANFONADO HOSPITALAR deve possuir estrutura confeccionada em PVC rígido de excelente qualidade, garantindo resistência, durabilidade e fácil higienização, características essenciais para ambientes clínicos e hospitalares. É necessário que seja do tipo base móvel, dotado de rodízios que permitam deslocamento fácil entre leitos, sem freios nos rodízios. O biombo deve apresentar altura de 160 cm e larguras disponíveis de 204 cm, permitindo adequação conforme a necessidade do ambiente assistencial. As duas laterais devem possuir movimento sanfonado, possibilitando ajuste na abertura e facilitando a divisão e privacidade dos leitos. Deve possuir cor azul, não requerendo fixação em parede. O material de fabricação deve ser PVC rígido ScreenFlex TWB. Antes do envio e aprovação no certame, é necessário apresentar folder contendo especificações detalhadas e fotos do produto para análise dos fiscais e comissões hospitalares.	3	UN	977,00	2.931,00
24 434686	SUORTE PARA SORO deve possuir estrutura confeccionada integralmente em aço inox AISI 304, garantindo alta resistência, durabilidade e fácil higienização, características essenciais para uso hospitalar. É necessário que o equipamento contenha quatro ganchos em aço inox para sustentação de frascos e bolsas de soro e que seja equipado com base em tubo de aço inox com quatro pés dotados de rodízios de 2 polegadas em termoplástico tipo bola, permitindo mobilidade suave e segura nos setores assistenciais. O suporte deve possuir altura regulável entre 1,20 m e 2,15 m, ajustada por meio de manipulou ou anel de fixação, conforme disponibilidade do fabricante. Opcionalmente, deve oferecer a possibilidade de utilização de pés em ferro fundido esmaltado. O produto deve atender às normas de qualidade aplicáveis e ser entregue com folder contendo especificações detalhadas e fotos para análise e aprovação dos fiscais e comissões hospitalares antes do certame	10	UN	290,00	2.900,00
25 422562	MESA AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO deve conter superfície de alimentação em aço inox 304, medindo aproximadamente 53 x 33 x 2 cm, garantindo resistência, fácil higienização e compatibilidade com ambientes hospitalares, antiferrugem. É necessário que a estrutura seja fabricada em tubos de aço carbono com acabamento em pintura eletrostática na cor branca, proporcionando durabilidade e proteção contra corrosão. Deve possuir base tipo H com dimensões aproximadas de 53 x 33 cm, assegurando estabilidade durante o uso clínico. A mesa deve possuir altura regulável entre 65 cm e 1,10 m, permitindo adequado posicionamento conforme a necessidade do paciente. Deve possuir rodízios giratórios que facilitem a mobilidade e o deslocamento, além de ser desmontável e portátil. O peso aproximado do equipamento deve ser de 5,2 kg. O produto deve atender às normas de qualidade aplicáveis e ser apresentado com folder contendo especificações detalhadas e fotos para análise e aprovação prévia pelos fiscais e comissões hospitalares antes do certame.	20	UN	557,97	11.159,40
26 405329	MICRO-ONDAS deve possuir painel integrado espelhado. É necessário que tenha capacidade de 31 litros, proporcionando espaço adequado para aquecer e preparar dietas de pacientes com sonda, soros, bolsas térmicas. Deve possuir display	5	UN	599,00	2.995,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	inteligente que exibe apenas os botões mais utilizados quando a porta está fechada, permitindo economia de energia, além da função “desliga display”, que contribui ainda mais para o consumo reduzido. O equipamento deve possuir função manter aquecido, mantendo na temperatura desejada até o momento de usar. Deve conter tecnologia com menu online. As dimensões devem ser de aproximadamente 42,5 x 52 x 32,5 cm, com peso aproximado de 15 kg, instalação sobre bancada e eficiência energética A. É necessário que opere em 220 volts, com potência de 1000 watts, possuindo prato giratório incluso. Deve possuir funções especiais como função mudo, tira odor e tecla meu prato, além de acabamento na cor prata e material interno em alumínio. O produto deve atender às especificações de segurança e qualidade aplicáveis e, antes do envio e aprovação no certame, deve ser encaminhado folder contendo fotos e informações completas para análise dos fiscais e comissões hospitalares.				
27 363408	<p>PIA INDUSTRIAL EM AÇO INOX deve conter dimensões de 180x60x90 cm e possuir cuba dupla, cada uma com medidas de 50x40x30 cm, atendendo às necessidades de Centro de Materiais de Esterilização (CME) que exige higienização rigorosa e limpeza prática. É necessário que o produto seja fabricado em aço inox com acabamento escovado, garantindo durabilidade, resistência à corrosão e facilidade de manutenção. A estrutura deve possuir pés confeccionados em tubo de 1" com chapa #20, além de tampo com chapa de espessura #22 (0,8 mm) em aço AISI 430. A pia deve suportar carga distribuída de até 120 kg sobre a mesa, contando com reforço sob o tampo para maior resistência, e capacidade de até 60 kg no estrado inferior, que deve possuir travamento fenestrado permitindo sua utilização como prateleira adicional. Deve conter sapatas de nylon com regulagem para nivelamento adequado no ambiente e apresentar cubas soldadas em argônio, garantindo vedação, acabamento uniforme e maior durabilidade. O produto deve ter peso aproximado de 50 kg e atender às necessidades de operação em cozinhas industriais, hospitais, padarias, restaurantes, açougues e demais ambientes que demandam equipamentos robustos e de alta qualidade. Antes da aquisição, é necessário que o fornecedor encaminhe folder técnico com fotos e informações detalhadas para validação da equipe responsável.</p> 	3	UN	2.375,00	7.125,00
28 621803	<p>VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO COM FLUXÔMETRO DE OXIGÊNIO MEDICINAL deve possuir alta resistência e qualidade, sendo desenvolvida em metal cromado com filtro de bronze sintetizado, garantindo durabilidade e segurança no uso hospitalar. O corpo deve ser fabricado em latão cromado, com conexões de entrada e saída também em latão cromado, atendendo às normas ABNT 218-1 para</p>	20	UN	317,92	6.358,40



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	oxigênio. O manômetro deve ser confeccionado em aço com pintura epóxi, apresentando escala de pressão de 0 a 31,5 MPa (0 a 315 Kgf/cm ²). A saída do gás deve ser calibrada para 3,5 ± 0,3 Kgf/cm ² , considerando entrada de 100 Kgf/cm ² , assegurando o controle adequado do fluxo de oxigênio. É necessário que o produto apresente estrutura compacta, com altura aproximada de 13 cm, largura de 6 cm, profundidade de 17 cm e peso em torno de 0,751 kg. Para garantir a precisão e a segurança, deve conter indicação de calibração e recomenda-se que esta seja verificada com aprovação na Anvisa.				
29 437901	UMIDIFICADOR PARA OXIGÊNIO COM FRASCO DE 250 ML e rosca deve possuir estrutura resistente e de fácil manuseio, sendo projetado para garantir eficiência na umidificação gerada pela passagem do oxigênio medicinal. O produto deve conter tampa confeccionada em nylon, conforme especificações técnicas, frasco plástico com capacidade para 250 ml, tubo interno com borbulhador que possibilite a adequada circulação e difusão das partículas, além de conexão de entrada de oxigênio com rosca metálica, assegurando vedação e encaixe firmes. É necessário que o umidificador seja compatível com equipamentos de oxigenoterapia, proporcione fluxo contínuo e uniforme.	30	UN	17,52	525,60
30 451856	FLUXÔMETRO PARA GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL , na cor verde, deve possuir corpo confeccionado em latão cromado, garantindo resistência e durabilidade ao equipamento. É necessário que contenha anel O'Ring em borracha nitrílica, assegurando vedação eficiente e segura, além de rolante de regulagem fabricado em nylon, que permita ajuste preciso do fluxo de oxigênio. A porca de conexão, do tipo borboleta, deve ser produzida em nylon com rosca interna em latão, proporcionando firmeza na fixação e facilidade de manuseio. A conexão de entrada, em formato de bico, deve ser em latão cromado, garantindo compatibilidade com sistemas hospitalares e resistência à oxidação. O produto deve conter bilha interna e externa em metal, para melhor controle visual e estabilidade durante o uso, e tampão confeccionado em silicone medicinal, que assegure estanqueidade e atenda às normas de segurança e higiene exigidas para gases medicinais.	30	UN	58,48	1.754,40
31 633547	ESTANTE DE AÇO BIPARTIDA COM 6 PRATELEIRAS deve possuir estrutura robusta e resistente, sendo ideal para organização e armazenamento eficiente em diferentes ambientes, como depósitos, almoxarifados, escritórios e áreas administrativas. O modelo deve conter seis bandejas com capacidade de 30 kg cada, totalizando resistência para até 180 kg distribuídos uniformemente. É necessário que seja fabricada em aço de alta qualidade, com colunas bipartidas e pintura eletrostática na cor cinza, garantindo maior durabilidade, resistência à ferrugem e à corrosão, além de acabamento liso e uniforme. Deve conter medidas aproximadas de 1,80 m de altura, 90 cm de largura e 30 cm de profundidade, proporcionando praticidade e aproveitamento do espaço. O produto deve acompanhar parafusos e porcas para montagem, além de sapatas plásticas de proteção para o piso. É necessário que a instalação envolva a fixação adequada das colunas no chão e na parede, bem como a parafusão das prateleiras às colunas, assegurando estabilidade, segurança e longa vida útil ao equipamento.	20	UN	424,00	8.480,00
32 329391	ANDADOR ORTOPÉDICO 3 em 1 deve possuir estrutura resistente, ergonômica e funcional, sendo indicado para idosos,	5	UN	157,99	789,95



adultos ou pessoas em processo de reabilitação que necessitam de auxílio para locomoção. O equipamento deve permitir três modos de uso, podendo ser utilizado como andador fixo, para garantir máxima estabilidade, e como andador articulado, que acompanha o movimento natural das pernas, proporcionando maior conforto e autonomia ao usuário. É necessário que o produto seja confeccionado em aço carbono de alta resistência, com capacidade para suportar até 130 kg, e que possua sistema de pino click com mola-trava para fácil abertura e fechamento. Deve conter altura regulável com, no mínimo, oito níveis de ajuste, adequada para usuários entre 1,45 m e 1,90 m, além de apoios de mãos emborrachados, anatômicos e confortáveis, que proporcionem firmeza e segurança durante o uso prolongado. O andador deve possuir ponteiras com reforço interno em metal e pés de borracha antiderrapantes, assegurando maior aderência e estabilidade em diferentes tipos de piso. É necessário que seja leve e compacto, com peso aproximado de 2,8 kg, facilitando o armazenamento e o transporte. As dimensões devem ser próximas de 36 cm de profundidade, 50 cm de largura e 76 cm de altura. Ressalta-se que o modelo não deve conter rodas, devendo priorizar segurança, durabilidade e conforto ao usuário.				
Total Estimado R\$ 318.232,56 (trezentos e dezoito mil, duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos)				

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. Optou-se pelo uso do Sistema de Registro de Preços, fundamentado no inciso II, do art. 40º, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que convém a este Órgão, a entrega parcelada dos bens, de acordo com a efetivação das necessidades previstas e a disponibilidade orçamentária.

2.2. Nos termos do art. 83 da Lei 14.133/2021, “A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada”.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objeto licitado tem natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (Art. 84 Lei 14.133/2021).

I. A demanda refere-se ao quantitativo estimado para o período de 12 (doze) meses, por isto, a contratada compromete-se a fornecer os mesmos de forma parcelada durante a vigência contratual, conforme a necessidade do Município.

II. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

3.3. Para qualificação econômico-financeira a licitante deverá apresentar:

I Certidão Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento, quando esta não contiver data de validade, havendo mais de um cartório distribuidor deverá ser apresentado documento hábil do órgão judiciário informando o número de distribuidores;

i. Em caso de dúvida ou manifestações contrárias ao documento apresentado pelo licitante, o Pregoeiro diligenciará para sanar as divergências, sendo o mesmo inabilitado se ficar comprovado a existência de mais de um cartório distribuidor na sede da licitante;



I. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis e apresentáveis na forma da Lei, ou seja, registrados na Junta Comercial ou Órgão competente que comprovem a boa situação financeira da empresa:

i. Os documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos

ii. Para comprovação da boa situação financeira, serão utilizados os seguintes indicadores mínimos abaixo, que reproduzirão a boa situação econômico financeira da Licitante, garantindo assim o cumprimento da obrigação contratada:

	AC
LIQUIDEZ CORRENTE:	----- = igual ou superior a 1,00
	PC
<i>Obs.: Indicará quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis à curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.</i>	
	AC + ARLP
LIQUIDEZ GERAL:	----- = igual ou superior a 1,00
	PC + PELP
<i>Obs.: Indicará quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte, para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.</i>	
	PC + PELP
GRAU DE ENDIVIDAMENTO:	----- = igual ou menor que 1,00
	AT
<i>Obs.: Expressará o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas, envolvendo além dos recursos líquidos, também os permanentes.</i>	

Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP = Ativo Realizável à Longo Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível à Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido.

Obs.: Os índices previstos acima poderão ser substituídos por Demonstração de Patrimônio Líquido, de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

1.1. Para qualificação técnica a licitante deverá apresentar:

I. Atestado de Capacitação Técnica, que comprove aptidão para fornecimento, pertinente e compatível com a natureza do presente objeto, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação;

II. Folder e ou Catálogo com as especificações e fotos do equipamento para avaliação se o produto proposto atende as especificações solicitadas;

III. Comprovação do Registro na ANVISA para os itens 1 ao 20.

1.2. Dos prazos e condições de entrega:

I. A entrega do objeto licitado será feita de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, após a homologação e assinatura da Ata de Registro de Preços e emissão da Nota de Empenho, de acordo com as quantidades requisitadas, nas condições e prazos estabelecidos abaixo.

i. A nota de empenho/ordem de entrega será enviada para o e-mail informado pela empresa na proposta de preços, sendo que a empresa licitante terá no máximo 24 (vinte e quatro) horas para confirmar o seu recebimento (para então iniciar a contagem dos prazos de entrega dos produtos).

ii. A entrega provisória dos produtos deverá ser feita em até 15 (quinze) dias úteis após a solicitação e emissão da Ordem de Entrega, no endereço constante na nota de empenho de despesa.

iii. O pedido de prorrogação de prazo para entrega, somente será reconhecido pelo município, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e solicitado antes de expirar o prazo de entrega estipulado.

iv. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas e padrões da ABNT/NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária e de outras normas regulamentadoras aplicáveis ao objeto, em vigor (caso houver).

v. Correrá por conta do fornecedor, qualquer prejuízo causado em decorrência do



transporte e do descarregamento.

vi. As despesas decorrentes de frete, seguro e demais encargos e tributos competem exclusivamente ao fornecedor.

vii. Os materiais deverão ser entregues com as embalagens em perfeito estado.

viii. Verificada a não conformidade na entrega dos materiais, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, providenciando a retirada dos mesmos e o respectivo reenvio, sem ônus de frete para a Administração, que em caso de recusa estará sujeito às penalidades previstas neste termo.

ix. A entrega definitiva dos materiais, será efetivada logo após a conferência do mesmo pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, desde que em conformidade com as exigências deste termo.

x. A nota fiscal deverá obrigatoriamente ser entregue junto com os produtos.

3.6. Da fiscalização:

I. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste termo serão exercidos por meio de representante (s), designados pela Contratante, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à Contratada, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021:

§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

II. Não obstante ser a Contratada a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

III. Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto contratado, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a Contratante, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.

3.7. Do pagamento:

I. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto licitado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado, constando o recebimento, por parte do servidor responsável, designado para tal.

i. Para efetivo pagamento, na Nota Fiscal deverá constar as retenções referente ao IRRF conforme Decreto Municipal nº 081/2022 (Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012).

ii. Serão processadas as retenções previdenciárias, ISSQN e Imposto de Renda, quando for o caso, nos termos da legislação vigente.

iii. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação, serão alocados quando da formalização de contratos simplificados e/ou emissão das Notas de Empenho de Despesa.

II. A nota fiscal emitida pelo licitante vencedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da modalidade da licitação e o número do empenho, para acelerar o trâmite de recebimento do serviço prestado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.



III. O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

IV. Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

V. Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de São Vicente do Sul - RS, CNPJ nº 87.572.079/0001-03.

VI. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante vencedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VII. Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

VIII. O Município reserva-se o direito de recusar efetuar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita neste Termo de Referência.

IX. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento.

X. A fiscalização poderá deduzir nas faturas os valores das multas porventura aplicadas pela fiscalização, e o valor dos prejuízos causados pela contratada, em decorrência da execução do objeto.

3.8. Das obrigações da contratante e da contratada:

I. São Obrigações da Contratante

- i.** Efetuar o devido pagamento à Contratada, nos termos do presente instrumento;
- ii.** Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato;
- iii.** Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada neste termo e no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- iv.** Designar servidor pertencente ao quadro da Contratante, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do licitado;
- v.** Cumprir e fazer cumprir todas as demais cláusulas do presente termo.

II. São Obrigações da Contratada

i. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do presente termo, bem como nos termos da sua proposta:

ii. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

iii. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

iv. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

v. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à Contratada o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

vi. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à Contratante e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

vii. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;



viii. Executar as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.

ix. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

3.9. Das sanções administrativas:

I. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- i.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- ii.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- iii.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- iv.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- v.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- vi.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- vii.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- viii.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- ix.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- x.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- xi.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- xii.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no subitem I deste termo, as seguintes sanções:

- i.** Advertência;
- ii.** Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- iii.** Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da administração pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- iv.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

III. As sanções previstas nas alíneas “i”, “iii” e “iv” do subitem I do presente termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “II” do mesmo item.

IV. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no subitem II do presente termo.

V. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

VI. A aplicação das sanções previstas no subitem II deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

VII. Na aplicação da sanção prevista no subitem II, alínea “ii”, do presente termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

VIII. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “iii” e “iv” do subitem II do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

IX. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



X. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

XI. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

XII. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- i. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- ii. Pagamento da multa;
- iii. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- iv. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- v. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

XIII. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “viii” e “xii do subitem II do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

3.10. Dos casos fortuitos ou de força maior:

I. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento do Contrato oriundo deste processo licitatório, ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega do veículo no local onde estiver sendo executado o objeto Licitado:

- i. Greve geral;
- ii. Calamidade pública;
- iii. Interrupção dos meios de transporte;
- iv. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudicadas; e
- v. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

II. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela empresa licitante.

III. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

IV. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro) horas antes do dia de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

3.11. Do reequilíbrio econômico-financeiro:

I. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços registrados caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/2021: *“para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato”*.

3.12. Da extinção:

I. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à Contratada:

- i. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;



-
- ii. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- iii. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.

São Vicente do Sul, 25 de fevereiro de 2026.

Paola Sturza Brum
Diretora ADM Hospital São Vicente Ferrer